

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

Edição nº 620

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal3

Súmulas de contrato e convênios3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins3



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 620

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 07/2011

Altera o Provimento 53/2006, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Permanente de Qualidade de Vida no Trabalho do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Interino, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Acrescenta inciso III ao art. 1º do Anexo Único do Provimento nº 53/2006 com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

III - coordenar as ações do Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador do Ministério Público.”

Art. 2º Acrescenta incisos VII, VIII e IX ao art. 2º do Anexo Único do Provimento nº 53/2006 com as seguintes redações:

“Art. 2º
.....

VII - desenvolver e aplicar medidas de combate ao assédio moral no ambiente de trabalho, nas diversas áreas do Ministério Público;

VIII - encaminhar as denúncias sobre assédio moral ao órgão competente para apuração;

IX - elaborar, juntamente com profissionais especializados, mapas dos riscos ambientais existentes nos diversos setores do Ministério Público, apresentar diagnósticos dos riscos ambientais e estabelecer medidas de prevenção.”

Art. 3º Altera os §§ 2º, 3º e 5º do art. 3º do Anexo Único do Provimento nº 53/2006, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
.....

§ 2º Os membros efetivos serão em número de 8 (oito), sendo 4 (quatro) indicados pela Administração Superior e 4 (quatro) indicados pelas entidades de representação dos trabalhadores do Ministério Público, da seguinte forma:

I - representando a Administração do Ministério Público, escolhidos pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:

a) 1 (um) Servidor da Divisão de Recursos Humanos;

b) 1 (um) Servidor do Serviço Biomédico;

c) 2 (dois) Servidores de livre escolha.

II - representando os trabalhadores:

a) 2 (dois) Servidores indicados pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – SIMPE-RS;

b) 2 (dois) Servidores indicados pela Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais - FENASEMPE.

§ 3º Os membros suplentes serão designados obedecendo ao seguinte:

I - o presidente suplente será designado pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os membros do Ministério Público;

II - os suplentes dos membros efetivos representantes da Administração do Ministério Público serão escolhidos entre servidores de acordo com o previsto nas alíneas ‘a’, ‘b’, e ‘c’ do inciso I do parágrafo anterior;

III - os suplentes dos membros efetivos representantes dos trabalhadores serão indicados pelas entidades referidas no inciso II do parágrafo anterior, dentre os servidores do Ministério Público.

.....
§ 5º O secretário será escolhido pelo Presidente dentre os membros efetivos.”

Art. 4º Altera o § 3º do art. 13 do Anexo Único do Provimento nº 53/2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13
.....

§ 3º Ao Presidente caberá decidir na hipótese de empate nas votações das deliberações da CPQVT/MP.

.....
Art. 5º Altera o ‘caput’ do art. 14 do Anexo Único do Provimento nº 53/2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 As reuniões ordinárias e extraordinárias serão instaladas e iniciadas com a presença de pelo menos 5 (cinco) membros, incluindo o Presidente da Comissão ou seu suplente, sendo que deve haver, no mínimo, 4 (quatro) de caráter efetivo.

.....
Art. 6º Altera o art. 18 do Anexo Único do Provimento nº 53/2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 A Comissão Permanente de Qualidade de Vida no Trabalho do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul utilizará, preferencialmente, a estrutura de material e de pessoal da Divisão de Recursos Humanos e do Serviço Biomédico.”

Art. 7º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2011.

JOSÉ BARRÓCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça, Interino.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 620

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 068/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- JULIANO OLIVEIRA RODRIGUES, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 0203/2011).

- LAUREN DE OLIVEIRA FONSECA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 0204/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA

PROCESSO Nº 11565-09.00/09-4

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/09

CONTRATADA: CONSTRUTORA CONSTRUFUZ LTDA.; **OBJETO:** reajustar o valor do contrato, resultando no valor de R\$ 6.212,41; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 01 (um) mês, a contar de 03 de fevereiro de 2011, e do período de vigência do ajuste, por 01 (um) mês, a contar de 14 de maio de 2011; desdobramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5105; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, § 1º, incisos II da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusula segunda, item 2.8, do contrato celebrado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 008/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00943.00015/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de apurar possível beneficiamento ínvio concedido a jornal por administração pública no ano de 2008, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00943.00019/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de apurar ausência de fiscal em Secretaria, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00943.00028/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de verificar possíveis irregularidades no setor farmacêutico de administração pública, em município.

4) Inquérito Civil, nº 00852.00192/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa praticado por servidores públicos de secretaria, em município.

5) Inquérito Civil, nº 00761.00021/2010, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade em contrato firmado pela Administração Pública com empresa privada, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00761.00017/2010, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na nomeação de agente administrativo, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00761.00022/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade em contrato firmado pela Administração Pública com empresa privada, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



BOLETIM Nº 01/2011 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 00711.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de lavoura de arroz com a licença de irrigação superficial vencida e sem a outorga do uso de água, na cidade de Alegrete.

2) Inquérito Civil nº 00711.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pelo depósito de resíduos sólidos a céu aberto sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00711.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de degradação ambiental pela manutenção de lavoura de arroz com licença de operação vencida.

4) Inquérito Civil nº 00711.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00711.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela realização de caça predatória.

6) Inquérito Civil nº 00711.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pelo descarte de resíduos sólidos em área pública, em local não licenciado.

7) Inquérito Civil nº 00711.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pelo depósito de agrotóxico sem licenciamento ambiental.

8) Inquérito Civil nº 00711.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pelo depósito de resíduos sólidos sem licenciamento ambiental.

9) Inquérito Civil nº 00711.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela queimada de campo sem licenciamento ambiental.

10) Inquérito Civil nº 00711.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de oficina de chapeamento e pintura sem licenciamento ambiental.

11) Inquérito Civil nº 00711.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de oficina de chapeamento e pintura sem licenciamento ambiental.

ALVORADA

1) Inquérito Civil nº 00935.00007/2007 instaurado pela Portaria de Conversação nº 02/2010, Da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, pela Promotora de Justiça Rita Conte Soeiro de Souza, com a finalidade de investigar o despejo irregular de esgoto doméstico em via pública.

ARROIO DO TIGRE

1) Inquérito Civil nº 00936.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar a ocorrência de suposto dano ambiental e potencial risco à saúde pública decorrente da utilização de agrotóxico para realização de capina química nas praças e vias públicas da cidade de Arroio do Tigre.

ARROIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 00716.00020/2010, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de destinação irregular de lixo hospitalar no aterro sanitário do Município de Arroio Grande.

ARVOREZINHA

1) Inquérito Civil nº 00717.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, com a finalidade de investigar crime contra a flora art.38 da lei federal 9605/98, destruir através de corte raso com uso de ação mecanizada floresta nativa em estágio avançado de regeneração, numa área de 3.000 m² sem licença.

2) Inquérito Civil nº 00717.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, com a finalidade de investigar possível irregularidade no funcionamento da fábrica de móveis e esquadrias.

AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 00937.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, dada a apreensão no estabelecimento comercial dos investigados de produtos de origem animal (carne e outros) sem a devida licença, tem por objetivo celebrar Termo de Ajustamento de Conduta com os investigados para que comprometam-se a não comercializar produtos de origem animal em desacordo com as normas legais.

2) Inquérito Civil nº 00937.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar a prática de descarte irregular de embalagens de AGROTÓXICOS em área de preservação permanente.

3) Inquérito Civil nº 00937.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, objetivando a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com os investigados, dada a apreensão de produtos origem animal não licenciados em estabelecimento comercial.



4) Inquérito Civil nº 00937.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, objetivando a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com os investigados, dada a apreensão de produtos origem animal não licenciados em estabelecimento comercial.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 00718.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a falta de cuidado com animais após apreensões da polícia ou prefeitura.

2) Inquérito Civil nº 00718.00005/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de extração de minério sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00718.00006/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de extração de minério sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00718.00007/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de extração de minério sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00718.00008/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar poluição sonora de igreja naquele município.

6) Inquérito Civil nº 00718.00009/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar notícia de manutenção de abelhas em cativeiro sem autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil nº 00718.00010/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a forma de administração dos fundos municipais de Bagé, fins de viabilizar o controle dos recursos por eles geridos com eficiência, celeridade, publicidade e razoabilidade.

8) Inquérito Civil nº 00718.00011/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de acompanhar a instalação e operação de aterro sanitário de Candiota.

9) Aditamento à Portaria de Instauração nº 02 do Inquérito Civil de nº 00718.00008/2009, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar o descarte de esgoto sanitário em recurso hídrico no bairro Narciso Suñe.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar delito ambiental pelo desmatamento em Área de Preservação Permanente (barragem de captação de água), localizada na Linha São Miguel, naquele município.

2) Inquérito Civil nº 00722.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar possível poluição ambiental decorrente da atividade da empresa Tedesco Engenharia e Logística Ltda..

3) Inquérito Civil nº 00722.00004/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar a ocorrência de campina química no município de Santa Tereza/RS.

4) Inquérito Civil nº 00722.00005/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual emissão de ruído gerado pela atividade industrial em desacordo com as normas técnicas e legislação ambiental.

5) Inquérito Civil nº 00722.00006/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar o corte de exemplar de vegetação nativa na ERS 444 KM 18, Vale dos Vinhedos, naquele município, em desacordo com a LI 817/2010/FEPAM.

6) Aditamento à Portaria nº 27/09, do Inquérito Civil nº 00722.00027/2009, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar problemas relacionados à administração de cemitério localizado naquele município.

BOM JESUS

1) Inquérito Civil nº 00725.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, fora de Área de Preservação Permanente.

2) Inquérito Civil nº 00725.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.

3) Inquérito Civil nº 00725.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.

4) Inquérito Civil nº 00725.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.

5) Inquérito Civil nº 00725.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.

6) Inquérito Civil nº 00725.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.



7) Inquérito Civil nº 00725.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.

8) Inquérito Civil nº 00725.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, em Área de Preservação Permanente.

9) Inquérito Civil nº 00725.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, fora de Área de Preservação Permanente.

10) Inquérito Civil nº 00725.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar o uso de fogo em atividade agropastoril, fora de Área de Preservação Permanente.

11) Inquérito Civil nº 00725.00018/2009, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, com a finalidade de apurar cultivo de maçã em área de preservação permanente – banhado -, atingindo 34.200 m², em propriedade rural, naquele município.

BUTIÁ

1) Inquérito Civil nº 00938.00029/2010, da Promotoria de Justiça de Butiá, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na atividade de serralheria e processamento de madeira.

CACEQUI

1) Inquérito Civil nº 00727.00012/2010, da Promotoria de Justiça de Cacequi, pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, com a finalidade de investigar dano ambiental causado por queimadas na localidade de Taquara, no município de Cacequi.

CACHOEIRA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00728.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pelo Promotor de Justiça Wanderlei José Herbristh Willig, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição sonora decorrente da utilização de equipamento de sonorização ultrapassando os níveis de pressão sonora permitidos.

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil nº 00732.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardozo Lazzarin, com a finalidade de apurar degradação e danos ambientais em decorrência de ruptura de maciço de barragem ou açude.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil nº 00949.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi.

2) Inquérito Civil nº 00949.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar ocorrência de perfuração ilegal de poços.

3) Inquérito Civil nº 00949.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de escoamento de esgoto cloacal ao longo da Rua Ceci, Bairro Centro em Capão da Canoa.

4) Inquérito Civil nº 00949.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual irregularidades no funcionamento e destinação dos resíduos sólidos oriundos das atividades exercidas por empresa localizada em Xangri-Lá.

5) Inquérito Civil nº 00949.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual poluição sonora oriunda das atividades desenvolvidas por quiosque na Av. Beira-Mar, Bairro Centro, em Capão da Canoa.

6) Inquérito Civil nº 00949.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na infra-estrutura do restaurante em Xangri-Lá.

7) Inquérito Civil nº 00949.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual existência de um depósito irregular de pneumáticos a céu aberto e diretamente no solo, bem como lançamento de resíduos de borracha em via pública, causando permanência de água dentro dos pneus e proliferação de vetores, em borracharia, em Capão da Canoa/RS.

8) Inquérito Civil nº 00949.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de perturbação do sossego público, ocasionada em função das atividades exercidas por supermercado, em Xangri-Lá.

CARLOS BARBOSA

1) Inquérito Civil nº 00745.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, pelo Promotor de Justiça Daniela Barbosa Fernandes, com a finalidade de investigar danos ambientais decorrentes da estocagem e queima de materiais de serviços de saúde diretamente sobre o solo e a céu aberto, na localidade de Desvio Machado, Município de Carlos Barbosa.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar supostas irregularidades cometidas por servidores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente daquele município.

CONSTANTINA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 03/2011, da Promotoria de Justiça de Constantina, pela Promotora de Justiça Cláudia M. Cezar Massing, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental decorrente de atividade de suinocultura sem licença do órgão ambiental competente, e outras irregularidades noticiadas no Termo Circunstanciado encaminhado pelo Policiamento Ambiental de Carazinho.



2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 04/2011, da Promotoria de Justiça de Constantina, pela Promotora de Justiça Cláudia M. Cezar Massing, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental consistente em instalação de marcenaria sem licença do órgão ambiental competente para o desenvolvimento da atividade, em área de preservação permanente, bem como na realização de depósito irregular de resíduos sólidos, irregularidades noticiadas no Termo Circunstanciado encaminhado pelo Policiamento Ambiental de Carazinho

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em razão do lançamento de efluentes líquidos e depósito de resíduos sólidos no terreno localizado à Rua Serafim Fagundes, 235, naquela cidade.

2) Inquérito Civil nº 00754.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência do acúmulo de água, de coloração esverdeada e de forte odor, exposta ao céu aberto, na Rua São Geraldo, naquela cidade.

ELDORADO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 01232.00010/2010, da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de averiguar a existência de "valão", na Rua 08, 3ª parte, do Parque Eldorado, em Eldorado do Sul.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil nº 00760.00001/2011, da Promotoria de Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar dano ambiental causado pela destruição de Área de Preservação Ambiental.

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00091/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar poluição de riacho localizado a Linha Sbardelotto, interior do município de Itatiba do Sul, fato constatado no dia 09 de março de 2010.

2) Inquérito Civil nº 00762.00004/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a ocorrência de maus-tratos a aves, destinadas à prática de rinha, fato constatado no dia 12 de novembro de 2010, naquele município.

3) Inquérito Civil nº 00762.00005/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a disposição irregular de resíduos sólidos urbanos (isopor, papéis, plásticos, latas, entre outros), fato constatado no dia 29 de outubro de 2010, às margens da Rodovia BR 153, município de Erechim.

4) Inquérito Civil nº 00762.00006/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a disposição irregular de resíduos sólidos urbanos (plásticos, papelão, isopor, lata, madeira) e posterior queima de tais resíduos, fato constatado no dia 1º de dezembro de 2010, às margens da Rodovia RS 331, Km 7, interior do município de Erechim.

5) Inquérito Civil nº 00762.00007/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte de eucaliptos e posterior uso de fogo, atingindo uma área de 0,83 hectare, fato constatado no dia 29 de outubro de 2010, na Linha Um, no Município de Erechim.

6) Inquérito Civil nº 00762.00009/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a destruição de 0,70 hectare de vegetação nativa mediante o uso de fogo, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 25 de outubro de 2010, no Km 10, Dourado, Município de Erechim.

7) Inquérito Civil nº 00762.00011/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a drenagem de banhado e o corte de duas árvores nativas das espécies de canela e açoita-cavalo, sem autorização do órgão ambiental, na Rua Tiradentes, Município de Campinas do Sul, fato constatado no dia 06 de dezembro de 2010.

8) Inquérito Civil nº 00762.00013/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a drenagem de nascente mediante a abertura de duas valas e o destoque de mata nativa das espécies de açoita-cavalo, coqueiro, pinus, entre outras, atingindo uma área de 0,16 hectares, sem autorização do órgão ambiental, na Linha Araújo, município de Três Arroios.

9) Inquérito Civil nº 00762.00014/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o exercício irregular de atividade de suinocultura sem licença ambiental, com lançamento de efluentes não tratados ao solo e em recurso hídrico, fato constatado na Linha Vendrame, município de Mariano Moro.

10) Inquérito Civil nº 00762.00015/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o exercício irregular de atividade de suinocultura sem licença ambiental, com lançamento de efluentes não tratados ao solo, fato constatado na Sede Dourado, município de Aratiba.

11) Inquérito Civil nº 00762.00016/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a manutenção em cativeiro de 05 (cinco) aves silvestres (sabiá peito roxo e sabiá peito branco) sem autorização do órgão ambiental competente.



12) Inquérito Civil nº 00762.00017/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte raso de mata nativa (canela, açoita-cavalo, angico, coqueiro, entre outras), em uma área de 3,58 hectare, com posterior utilização de fogo.

13) Inquérito Civil nº 00762.00018/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte de eucaliptos, atingindo uma área de 0,46 hectare com posterior utilização de fogo.

14) Inquérito Civil nº 00762.00019/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar pesca com utilização de petrechos proibidos e em período proibido, na Linha Carafá, Barragem da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo, município de Campinas do Sul.

15) Inquérito Civil nº 00762.00020/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte de árvores nativas (canela, coqueiro, timbó, açoita-cavalo, entre outras), atingindo uma área de 0,80 hectare, sendo 0,60 hectare em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

16) Inquérito Civil nº 00762.00021/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a perfuração de poço artesiano, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 29 de novembro de 2010, na Linha Sete de Setembro, município de Erechim.

17) Inquérito Civil nº 00762.00022/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte de árvores nativas (canela, açoita-cavalo, timbó, entre outras) em 1,37 hectare de área de preservação permanente e 2,47 hectares fora de área de preservação permanente, totalizando 3,84 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente.

18) Inquérito Civil nº 00762.00025/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o recebimento irregular de madeira, sem documento de origem florestal, fato constatado no dia 19 de novembro de 2010, no Povoado Sérvia, município de Barão de Cotegipe.

19) Inquérito Civil nº 00762.00026/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a drenagem de banhado mediante a abertura de vala, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 1º de dezembro de 2010, no Km 10, Povoado Argenta, município de Erechim.

20) Inquérito Civil nº 00762.00031/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da utilização de fogo em uma área de aproximadamente 0,34 hectare de vegetação rasteira, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado em 03 de novembro de 2010.

21) Inquérito Civil nº 00762.00032/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da utilização de fogo em uma área de aproximadamente 0,36 hectare de vegetação rasteira, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado em 03 de novembro de 2010.

22) Inquérito Civil nº 00762.00033/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte raso de mata nativa e posterior uso de fogo, em desacordo com o Alvará de Licenciamento do Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP), fato constatado no dia 15 de setembro de 2010.

23) Inquérito Civil nº 00762.00034/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar pesca com utilização de petrechos proibidos, na Linha Várzea, Barragem da Usina Hidrelétrica Itá, município de Mariano Moro, fato constatado no dia 10 de setembro de 2010.

24) Inquérito Civil nº 00762.00035/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a poluição de açude ocasionando a mortandade de peixes, fato constatado em 1º de novembro de 2010, na RS 135, Km 77, município de Erechim.

25) Inquérito Civil nº 00762.00037/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o transporte de carga perigosa sem licença de operação do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 20 de janeiro de 2010.

26) Inquérito Civil nº 00762.00040/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte raso de árvores da espécie de eucalipto, em área de preservação permanente, fato constatado no dia 06 de dezembro de 2011.

27) Inquérito Civil nº 00762.00041/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de investigar irregularidades praticadas, em tese, pelo estabelecimento comercial, no Município de Erechim.

28) Inquérito Civil nº 00762.00042/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de investigar irregularidades praticadas, em tese, pelo estabelecimento comercial, no Município de Erechim.

ESPUMOSO

1) Inquérito Civil nº 00765.00001/2010, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de investigar terraplanagem em área de preservação permanente e perfuração de poço artesiano, sem licença e/ou autorização da autoridade competente.



ESTRELA

1) Inquérito Civil 00770.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Monica Maranghelli de Ávila, com a finalidade de investigar pedido manuscrito de providências em face da poluição sonora, produção de poeira e fumaça de queimada decorrentes da atividade madeireira de empresa situada na referida cidade.

2) Inquérito Civil 00770.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Monica Maranghelli de Ávila, com a finalidade de investigar ocorrência de dano ambiental consistente em lançamento de líquido escuro, oriundo da Estação de Tratamento de Efluentes de indústria têxtil, desembocando em um córrego e atingindo o Arroio Estrela.

3) Inquérito Civil 00770.00004/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Monica Maranghelli de Ávila, com a finalidade de investigar a ocorrência ambiental onde, em virtude de naufrágio de uma draga, a água entrou na casa de máquinas e os tanques de combustível ficaram submersos e houve um lançamento de óleo combustível que atingiu as águas do Rio Taquari.

4) Inquérito Civil 00770.00005/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Monica Maranghelli de Ávila, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental descrito pelo art. 60 da lei dos crimes ambientais praticado por empresa, sem a competente licença de operação expedida pelo órgão municipal competente e sem alvará expedido pelo poder público municipal.

FARROUPILHA 00771.

FELIZ

1) Inquérito Civil nº 00773.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Sérgio Antônio Bins, com a finalidade de apurar intervenção na vegetação nativa e exótica em Área de Preservação Permanente sem licença ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00773.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Sérgio Antônio Bins, com a finalidade de investigar depósito de detritos humanos a céu aberto, atingindo vertentes naturais.

FREDERICO WESTPHALEN

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 046/2010, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente de depósito de madeira nativa sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 047/2010, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente de depósito de madeira nativa sem autorização do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 046/2010, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente em supressão da vegetação nativa em Área de Preservação Permanente sem licença ambiental.

GARIBALDI

1) Inquérito Civil nº 00776.00042/2010, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, com a finalidade de apurar a regularidade da licença ambiental emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Garibaldi.

GENERAL CÂMARA

1) Inquérito Civil nº 00778.00002/2011, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em ocorrência de poluição sonora em face de funcionamento do motor da CORSAN, nas proximidades na Rua Borges de Medeiros, 135, General Câmara.

2) Inquérito Civil nº 00778.00003/2011, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, com a finalidade de apurar dano ambiental e dano ao consumidor consistente em realização de atividade de abate irregular de animais, na RS 401, Estrada da Cachoeirinha, General Câmara.

GIRUÁ

1) Inquérito Civil nº 00781.00033/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar transbordo irregular de resíduo sólido doméstico.

2) Inquérito Civil nº 00781.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar funcionamento de olaria e extração de argila em área de preservação permanente, sem licenciamento do órgão ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00781.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar o exercício de atividade de criação e abatedouro de animais (Frigorífico Agroindústria Progresso), sem licenciamento ambiental, sendo as instalações inadequadas, com vazamento dos detritos da pocilga, e o corte de sete árvores de eucaliptos em área de preservação permanente.

4) Inquérito Civil nº 00781.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados.

5) Inquérito Civil nº 00781.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do termo de ajuste de conduta firmado.

GRAMADO

1) Inquérito Civil nº 00782.00006/2010, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Antônio Metzger Képes, com a finalidade de investigar poluição no Córrego.

2) Inquérito Civil nº 00782.00007/2010, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Antônio Metzger Képes, com a finalidade de investigar aterro de materiais in natura, provenientes da construção do anel viário.



3) Aditamento à Portaria que instaurou o Inquérito Civil nº 00782.00007/2010, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Antônio Metzger Képes, que insere outros investigados ao referido inquérito.

HORIZONTINA

1) Inquérito Civil nº 00791.00011/2010, da Promotoria de Justiça de Horizontina, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar eventual poluição atmosférica e transtorno causados pela empresa Transportes Waldemar LTDA.

JAGUARI

1) Inquérito Civil nº 00799.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Jaguari, pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barará Dias, com a finalidade de apurar poluição ambiental consistente em resíduos líquidos provenientes de oficina mecânica no referido município.

MONTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 01175.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de adotar medidas cíveis quanto à perturbação do sossego, poluição sonora e prática de outros ilícitos decorrentes da aglomeração de pessoas, em Montenegro.

PALMEIRA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 058/2010, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de investigar desidratação de vegetação de espécies como milheto, laranjeiras e aboboreiras mediante aplicação de produtos tóxicos destinados a dessecação na lavoura vizinha, naquele município.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 060/2010, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de investigar funcionamento de bar e danceteria gerando poluição sonora, com perturbação de sossego de moradores, em Palmeira das Missões.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 062/2010, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa, mediante derrubada de árvores, roçada de arbustos e queima de vegetação rasteira, vindo a afetar algumas nascentes formadoras de córrego em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, no interior do Município de Palmeira das Missões.

4) Inquérito Civil nº 00818.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa, mediante utilização de fogo, em uma área aproximada de 02 (dois) hectares, atingindo gramíneas e vegetação arbórea das espécies Canela, Angico e Pinheiro-brasileiro, sem licença ambiental expedida pelo órgão ambiental competente.

PELOTAS

1) Inquérito Civil nº 00824.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, com a finalidade de apurar maus tratos em transportes de animais, em 17/09/2010.

2) Inquérito Civil nº 00824.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, com a finalidade de investigar oficialmente sem ou em desacordo com a licença ambiental, em Pelotas.

3) Inquérito Civil nº 00824.00004/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, com a finalidade de investigar atividade potencialmente poluidora (posto de combustíveis), sem ou desacordo com a licença ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00824.00006/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, com a finalidade de investigar atividade potencialmente poluidora (oficina de veículos pesados, transporte), sem ou desacordo com a licença ambiental.

PESTANA

1) Inquérito Civil nº 00937.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental consistente em depositar nove arbustos junto à bordadura da vegetação nativa, bem como um pequeno volume de pedras, fora de área de preservação permanente.

PLANALTO

1) Inquérito Civil nº 00942.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do compromisso de isolar a Área de Preservação Permanente da mata ciliar do Rio do Mel, na propriedade do investigado e promover recuperação da referida área.

2) Inquérito Civil nº 00942.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do compromisso de isolar a Área de Preservação Permanente da mata ciliar do Rio do Mel, na propriedade do investigado e promover recuperação da referida área.

3) Inquérito Civil nº 00942.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do compromisso de isolar a Área de Preservação Permanente da mata ciliar do Rio do Mel, na propriedade do investigado e promover recuperação da referida área.

4) Inquérito Civil nº 00942.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do compromisso de isolar a Área de Preservação Permanente da mata ciliar do Rio do Mel, na propriedade do investigado e promover recuperação da referida área.

5) Inquérito Civil nº 00942.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do compromisso de isolar a Área de Preservação Permanente da mata ciliar do Rio do Mel, na propriedade do investigado e promover recuperação da referida área.

PORTÃO

1) Inquérito Civil nº 00943.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar extração irregular de areia em sanga localizada na estrada Valeriano Collig, no município de Capela de Santana.



2) Inquérito Civil nº 00943.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar lançamento de efluente da empresa Noko Química LTDA. em um curso de água - que desemboca no Arroio Boa Vista - dentro da sua propriedade.

PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 00833.00113/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de apurar danos ambientais.

2) Inquérito Civil nº 00833.00114/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de apurar poluição atmosférica e sonora.

3) Inquérito Civil nº 00833.00115/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de averiguar corte de vegetação ciliar para implantação do Condomínio Residencial Guarujá.

4) Inquérito Civil nº 00833.00116/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, com a finalidade de averiguar licenciamento para funcionamento das lojas da Rede de Supermercados Zaffari/Bourbon.

5) Inquérito Civil nº 00833.00117/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, com a finalidade de averiguar a recuperação da fachada do imóvel.

6) Inquérito Civil nº 00833.00118/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Carlos Roberto Lima Paganella, com a finalidade de apurar falhas da Empresa Merlin no monitoramento dos caminhões que saem da empresa despejando os resíduos que trata em via pública.

7) Inquérito Civil nº 00833.00119/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de averiguar poluição sonora.

8) Inquérito Civil nº 00833.00120/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de apurar abandono da Capela do Bom Pastor, na Penitenciária Madre Pelletier.

9) Inquérito Civil nº 00833.00121/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, com a finalidade de averiguar invasões de animais nos limites da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger.

10) Inquérito Civil nº 00833.00122/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Carlos Roberto Lima Paganella, com a finalidade de averiguar invasões de animais nos limites da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger.

11) Inquérito Civil nº 00833.00123/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de averiguar o procedimento do licenciamento ambiental da SMAM, relativo às atividades suscetíveis de causar impacto ambiental na zona de amortecimento do Parque Natural Morro do Osso.

12) Inquérito Civil nº 00833.00124/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, com a finalidade de averiguar invasões de animais nos limites da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger.

13) Aditamento à Portaria de Instauração nº 130/2009, do Inquérito Civil nº 00833.00130/2009, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de averiguar possível instalação de uma ferraria e depósito irregular de resíduos sólidos.

QUARAÍ

1) Inquérito Civil nº 00850.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossato, com a finalidade de investigar queimada de campo em circunstância de incêndio culposos.

2) Inquérito Civil nº 00850.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossato, com a finalidade de investigar queimada de campo em circunstância de incêndio culposos.

3) Inquérito Civil nº 00850.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossato, com a finalidade de investigar funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor (abatedouro clandestino), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00850.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossato, com a finalidade de investigar queimada de campo nativo em circunstância de incêndio culposos.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de investigar informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de comunicação de ocorrência ambiental enviada pela PATRAM de Carazinho, noticiando que Damian Luís da Silva possui uma empresa do ramo de chapeação e pintura, situada na Rua XV de Novembro, nº 1215, Bairro Santa Helena, nesta Cidade, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 02/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de investigar informação trazida por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando a atividade de lavagem de veículos e borracharia, sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 03/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de investigar informação trazida por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando a atividade de lavagem de veículos e borracharia, sem licença do órgão ambiental competente, na empresa de propriedade de Arlei João Pilonetto, estabelecida na Rua Francisco Costa, nº 137, Bairro Quiri, em Ronda Alta.



SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00861.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental consistente na extração de palmito e corte de mata nativa em propriedade privada no interior daquele município.

2) Inquérito Civil nº 00861.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental consistente na extração de palmito e corte de mata nativa em propriedade privada no interior daquele município.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00865.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Gustavo Ramos Vianna, com a finalidade de investigar poluição sonora, possível geradora de danos materiais nas residências da vila Bela Vista, em decorrência das atividades de empresa, no município de Santa Maria.

2) Inquérito Civil nº 00865.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Gustavo Ramos Vianna, com a finalidade de investigar depósito de pneus em terreno particular sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

3) Inquérito Civil nº 00865.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Gustavo Ramos Vianna, com a finalidade de investigar poluição ambiental por descarte de resíduo sólido (pneus) e obra de drenagem, sem autorização do órgão competente.

4) Inquérito Civil nº 00865.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Gustavo Ramos Vianna, com a finalidade de investigar pesca irregular, mediante a utilização de petrechos não permitidos e em período de piracema.

5) Inquérito Civil nº 00865.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Gustavo Ramos Vianna, com a finalidade de investigar pesca irregular, mediante a utilização de petrechos, bem como captura e transporte de espécie em extinção.

SANTANA DO LIVRAMENTO

1) Inquérito Civil nº 00858.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao derramamento em via pública, por parte da empresa ICCILA, de produto proveniente da limpeza da caixa coletora de resíduos da rampa de manutenção de máquinas.

2) Inquérito Civil nº 00858.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos a supostas irregularidades e precariedade na manutenção do sistema de iluminação pública e, em especial, semáforos, o que já teria ocasionado acidentes.

3) Inquérito Civil nº 00858.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos a supostas irregularidade e precariedade na manutenção do sistema de iluminação pública.

4) Inquérito Civil nº 00858.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao funcionamento da empresa com nome fantasia Barraca Austrália, de comércio atacadista de couros e peles, situada na Av. Saldanha da Gama, 2.430, nesta Cidade, sem licença do órgão ambiental competente, bem como ao mau cheiro gerado em virtude de exposição de couros ovinos em terreno baldio, conforme Termo Circunstanciado Ambiental POA Nº 131/57/Dez-10 e respectiva documentação.

5) Inquérito Civil nº 00858.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotr de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos à colocação de pedras por parte da Prefeitura de Sant'Ana do Livramento no leito do Arroio do Passo do Mingote, conforme Auto de Constatação Ambiental 001/2011 e respectiva documentação.

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 07/2011-IC, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar a eficácia dos sistemas implantados pela usina de asfalto da empresa ICCILA, situada junto à BR 293, no acesso à estrada do Rincão da Bolsa, neste Município, os quais envolvem a produção de gases perigosos, decorrentes do aquecimento da matéria prima do asfalto, com emissões atmosféricas.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil nº 01223.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar possível ocorrência de danos à flora consistente na construção de açude, com a utilização de maquinário e pessoal da Prefeitura de Capão Cipó, em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 01223.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar funcionamento de oficina mecânica, no Município de Unistalda, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 01223.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar funcionamento de oficina mecânica, no Município de Unistalda, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente.

SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 00872.00124/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, com a finalidade de apurar regularidade das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos comerciais denominados MARECHAL BEBIDAS II e CANECÃO BEER, situados na Rua XV de Novembro, nº 828 (salas 01 e 02), Santo Ângelo/RS.

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00947.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, com a finalidade de investigar construção de açude em área de preservação permanente, taipa com barramento de água em riacho com abuso de licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.



SAPIRANGA

1) Inquérito Civil nº 00901.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Sapiiranga, pela Promotora de Justiça Mariana Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental decorrente do exercício da atividade de lavagem de veículos sem o devido licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00901.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Sapiiranga, pela Promotora de Justiça Mariana Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental decorrente do exercício da atividade de lavagem de veículos sem o devido licenciamento ambiental.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1) Inquérito Civil nº 00881.00004/2011, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, com a finalidade de investigar possível prática de poluição ambiental, consistente no despejos de esgotos domésticos diretamente nas águas do Rio Inhaçundá, com grave risco à saúde pública, tendo como investigado o Município de São Francisco de Assis, RS.

2) Inquérito Civil nº 00881.00005/2011, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, com a finalidade de investigar a prática, em tese, de poluição pela emissão de resíduos sólidos - poeira - produzida por um Engenho de Grãos localizado na Avenida Treze de Janeiro, Centro, em São Francisco de Assis, RS.

3) Inquérito Civil nº 00881.00006/2011, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, com a finalidade de investigar a prática de queimada em uma mata de "pinus", localizada às margens da Rodovia Estadual RS 377, KM 319, município de São Francisco de Assis.

4) Inquérito Civil nº 00881.00007/2011, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, com a finalidade de investigar a existência de antena de telefonia celular, onde há aglomeração de pássaros, que está sendo prejudicial à saúde dos moradores próximos.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil nº 00887.00007/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar irregularidade na ampliação da taipa no açude existente na Fazenda Capão, situada no Porto do Conde, em São Jerônimo.

2) Inquérito Civil nº 00887.00008/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar verificar a regularidade da empresa de fundição de peças de alumínio Wax Ind. Metalúrgica Ltda..

3) Inquérito Civil nº 00887.00009/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de verificar o funcionamento irregular de uma carvoaria na localidade de Morrinhos, em São Jerônimo, em razão da ausência de licenciamento ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00887.00010/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no corte de vegetação nativa e utilização de queimada, em área de propriedade do investigado Juliano Silva de Souza, situada na localidade de Capela de São Pedro - Mato Bier, em Barão do Triunfo/RS.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 00890.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar a situação do casarão localizado na esquina das Ruas Saldanha da Gama e Osvaldo Aranha, Centro, nesta Cidade.

2) Inquérito Civil nº 00890.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar lançamento de esgoto sem prévio tratamento no Arroio Peão no loteamento que está sendo construído pelo Município de São Leopoldo na Coohab Feitoria, atrás da Avenida Rodolfo, entre as Ruas Érico Veríssimo e Pontes de Miranda.

3) Inquérito Civil nº 00890.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar poluição sonora.

4) Inquérito Civil nº 00890.00005/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar desmatamento de área de banhado com fauna e flora abundantes ao lado do Rio dos Sinos para construção de empreendimento imobiliário.

5) Inquérito Civil nº 00890.00007/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar possível ocupação de área de preservação permanente, pertencente ao Sistema da Macrodrenagem Urbana e Proteção Contra as Cheias de São Leopoldo (dentro do canal de drenagem do Rio dos Sinos).

6) Inquérito Civil nº 00890.00008/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar Estação de Tratamento de Efluentes.

7) Inquérito Civil nº 00890.00010/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar empresa em atividade e ausência de licença ambiental.

8) Inquérito Civil nº 00890.00011/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar operação da empresa em desacordo com a licença obtida.

9) Inquérito Civil nº 00890.00012/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar ausência de licenciamento ambiental.

10) Inquérito Civil nº 00890.00013/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar empresa em atividade e ausência de licença ambiental.



11) Inquérito Civil nº 00890.00014/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar ausência de licenciamento ambiental.

12) Inquérito Civil nº 00890.00015/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar empresa em atividade e ausência de licença ambiental.

13) Inquérito Civil nº 00890.00016/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar ausência de licenciamento ambiental.

14) Inquérito Civil nº 00890.00017/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar ausência de renovação de licenciamento ambiental.

15) Inquérito Civil nº 00890.00018/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar de investigar empresa em atividade e ausência de licença ambiental.

16) Inquérito Civil nº 00890.00019/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar ausência de licenciamento ambiental.

17) Inquérito Civil nº 00890.00020/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar de investigar empresa em atividade e ausência de licença ambiental.

18) Inquérito Civil nº 00890.00021/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar de investigar empresa em atividade e ausência de licença ambiental.

19) Inquérito Civil nº 00890.00022/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos industriais.

20) Inquérito Civil nº 00890.00023/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar queima de resíduos industriais.

21) Inquérito Civil nº 00890.00024/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar lançamento irregular de efluente industrial.

22) Inquérito Civil nº 00890.00025/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar incômodo atmosférico.

23) Inquérito Civil nº 00890.00026/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar contaminação do solo.

24) Inquérito Civil nº 00890.00027/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar intervenção em Área de Preservação Permanente.

25) Inquérito Civil nº 00890.00028/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar poluição sonora e atmosférica.

26) Inquérito Civil nº 00890.00029/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar queima de resíduo industrial.

27) Inquérito Civil nº 00890.00030/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar ausência de licença ambiental, contaminação de solo o lançamento irregular de resíduo líquido em área pública.

SÃO SEPÉ

1) Inquérito Civil nº 00899.00002/2011, da Promotoria de Justiça de São Sepé, pelo Promotor de Justiça Claudio Antônio Rodrigues Estivallet Júnior, com a finalidade de investigar lançamento de esgotos "in natura" em açudes localizados na propriedade de Hélio Antônio Pagliarini, na Vila Block, São Sepé, RS, os quais são os pontos finais de deságüe das tubulações de drenagem pluvial do bairro, sem a adoção de medidas pelo Município de São Sepé.

SÃO VICENTE DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00779.00001/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça César Augusto Pivetta Carlan, com a finalidade de apurar possível funcionamento de oficina mecânica sem autorização do órgão ambiental competente, bem como eventual degradação ambiental em razão da destinação irregular de resíduos sólidos e líquidos decorrentes da atividade.

SAPUCAIA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00903.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, com a finalidade de investigar possível poluição sonora causada por estabelecimento noturno.

SEBERI

1) Inquérito Civil nº 00905.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Seberí, pela Promotora de Justiça Vanessa da Silva, com a finalidade de apurar, infração ambiental, tendo por investigado Hilário Luiz Pazuch, conforme Termo Circunstanciado Ambiental n.º 2.2.021202.88/10-11, do Comando Ambiental da Brigada Militar de Frederico Westphalen, noticiando o corte seletivo de vegetação nativa sem licença ambiental, na Linha Santo Antônio, em Seberí/RS.

SOBRADINHO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 001/2011, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, pelo Promotor de Justiça João Alfonso da Silva Beltrame, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, consistente no corte de vegetação nativa e corte de árvores nativas, em licença dos órgãos competentes, na localidade de Arroio Bonito, interior do município de Sobradinho, RS



2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 002/2011, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, pelo Promotor de Justiça João Alfonso da Silva Beltrame, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, consistente no corte de vegetação nativa e corte de árvores nativas, em licença dos órgãos competentes, na localidade de Arroio Bonito, interior do município de Sobradinho, RS.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 003/2011, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, pelo Promotor de Justiça João Alfonso da Silva Beltrame, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, consistente no corte de vegetação nativa e corte de árvores nativas, em licença dos órgãos competentes, na localidade de Arroio Bonito, interior do município de Sobradinho, RS.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 004/2011, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, pelo Promotor de Justiça João Alfonso da Silva Beltrame, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, consistente no corte de vegetação nativa e corte de árvores nativas, em licença dos órgãos competentes, na localidade de Arroio Bonito, interior do município de Sobradinho, RS.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 00907.00041/2010, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de investigar recebimento e transporte, para fins comerciais e industriais, de madeira em toras da espécie pinheiro brasileiro, sem a licença outorgada pela autoridade competente,

2) Inquérito Civil nº 00907.00042/2010, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente de corte raso de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, sem licença ambiental do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00907.00043/2010, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar irregularidade na coleta de lixo.

4) Inquérito Civil nº 00907.00044/2010, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de funcionamento de estabelecimento de lavagem de veículos potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00907.00045/2010, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de funcionamento de estabelecimento de lavagem de veículos potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 00907.00046/2010, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de funcionamento de estabelecimento de lavagem de veículos potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil nº 00908.0002/2011, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental, consistente em impedir ou dificultar a regeneração natural de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem licença do órgão competente.

2) Inquérito Civil nº 00908.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental, consistente na prática de corte raso de floresta nativa, em estágio avançado de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, e uso de fogo, sem licença do órgão ambiental competente.

TEUTÔNIA

1) Inquérito civil nº 00953.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Teutônia, pelo Promotor de Justiça André Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental na área de proteção permanente do arroio boa vista, na linha capivara, em teutônia, pela prática de motocross e trilha de jipe na app.

2) Inquérito civil nº 00953.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Teutônia, pelo Promotor de Justiça André Costa, com a finalidade de apurar poluição do solo causada por tombamento de vagões carregados de combustível.

TORRES

1) Inquérito Civil nº 00914.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos sólidos a céu aberto, diretamente sobre o solo, sem qualquer licenciamento,

2) Inquérito Civil nº 00914.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar degradação ambiental em decorrência da terraplenagem de área de dunas sem licenciamento dos órgãos ambientais competentes.

3) Inquérito Civil nº 00914.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar aterramento de curso hídrico, sem licenciamento.

4) Inquérito Civil nº 00914.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de apurar extração irregular de saibro, com inobservância das condicionantes estabelecidas em LO.

5) Inquérito Civil nº 00914.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar danos ambientais decorrentes do vazamento de piche diretamente sobre o solo e a utilização de caminhão "usina" não licenciado.

6) Inquérito Civil nº 00914.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar empresa de reciclagem, com inobservância das condicionantes estabelecidas na LO.

7) Inquérito Civil nº 00914.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de apurar a extração de saibro, com a inobservância das condicionantes estabelecidas na LO.

8) Inquérito Civil nº 00914.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar lavra de água mineral desconforme à LO e empresa de polvilho sem licença ambiental.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 620

9) Inquérito Civil nº 00914.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira, com a finalidade de apurar as condições de potabilidade da água distribuída para a comunidade de Morro dos Leffa, sob responsabilidade do Município de Dom Pedro de Alcântara e da Associação de Moradores de Morro dos Leffa.

10) Inquérito Civil nº 00914.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Thales Volcato Pereira, com a finalidade de investigar a utilização de agrotóxicos em desacordo com a legislação de regência, na Rua Pereira Lentz, s/nº, Vila Brocca, Mampituba/RS.

TRIUNFO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 01/2010, da Promotoria de Justiça de Triunfo, pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, com a finalidade de apurar eventuais danos ao meio ambiente ante a prática do investigado.

TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil nº 00920.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, com a finalidade de investigar extração de recursos minerais sem licença da autoridade competente.

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de investigar a manutenção de 02 (dois) fornos para fabricação de carvão vegetal, com depósito de 1.200kg de carvão de origem vegetal nativa e exótico, sem o devido licenciamento ambiental; o corte de 03 (três) exemplares da flora nativa da espécie angico, árvores consideradas em estágio médio de regeneração natural, sem licença ambiental; e a manutenção de confinamento de gado leiteiro, totalizando 50 (cinquenta) animais, com esterqueira sem capacidade adequada, uma vez que encontrava-se com transbordo no momento da fiscalização.

2) Inquérito Civil nº 00929.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de investigar o corte de vegetação nativa, caracterizada como estágios inicial, médio e avançado de regeneração natural, localizada fora da área de preservação permanente, com a finalidade de reformas na canalização do poço artesiano que abastece a comunidade de São Brás, sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00929.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de investigar construção de barragem e utilização da água em atividade de irrigação, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de Fevereiro de 2010.

JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA,

Coordenador do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.